



REPÚBLICA DE ANGOLA

MINISTÉRIO DOS RECURSOS MINERAIS E PETRÓLEOS

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E FLORESTAS

**WORKSHOP SOBRE O USO DE CALCÁRIO DOLOMÍTICO PARA A
RECUPERAÇÃO E ESTABILIZAÇÃO DOS SOLOS EM ANGOLA**

CONCLUSÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

O Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos (MIREMPET) e o Ministério da Agricultura e Florestas (MINAGRIF) realizaram, conjuntamente, no dia 12 de Setembro de 2018, no Hotel Diamante, em Luanda, o workshop sobre o "Uso do calcário dolomítico para a recuperação e estabilização dos solos em Angola".

A sessão de abertura foi presidida pelo Ministro dos Recursos Minerais e Petróleos, Eng.º Diamantino Pedro Azevedo, ladeado pelos Ministro da Economia e Planeamento, Dr. Pedro Luís da Fonseca, Ministro da Agricultura e Florestas, Eng.º Marcos Alexandre Nhunga, Ministra da Indústria, Dr.ª Bernarda Gonçalves Martins Henriques da Silva, Ministra do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação, Dr.ª Maria do Rosário Bragança Sambo, Ministro do Comércio, Dr. Jofre Van-Dúnem Júnior, Secretário de Estado para a Geologia e Minas, Dr. Jânio da Rosa Corrêa Victor, Secretário de Estado para Agricultura e Pecuária, Eng.º Carlos Alberto Jaime Pinto e o Secretário de Estado da Agricultura para Florestas, Eng.º André Moda.

O workshop contou também com a presença do Secretário do Presidente da República para o Sector Produtivo,

Eng.º Isaac Francisco Maria dos Anjos e cerca de 250 participantes.

Na ocasião, o Ministro dos Recursos Minerais e Petróleos realçou que Angola possui uma vasta extensão de terras aráveis para a produção agrícola, mas, grande parte dos solos são ácidos e requerem o uso de correctivos para melhorar a produtividade e colheita agrícola. Para o efeito, o Calcário Dolomítico é assim usado por meio da rochagem. Também mencionou que o calcário no geral é uma grande matéria prima, baseada nas propriedades químicas e físicas e aplicado desde a indústria de construção civil, química, fabrico do papel e outras.

Durante o evento, foram abordados os seguintes temas:

- (i) Calcário Dolomítico em Angola: Sua Localização, Critérios para a Obtenção do Título Mineiro e Legislação;
- (ii) Técnica para a Fabricação do Pó de Rocha como Base para o Desenvolvimento no Sector Produtivo;
- (iii) Uso de Correctivos na Agricultura; e
- (iv) Exemplo do uso de correctivos na agricultura.

Após acesos debates sobre os temas supracitados, são apresentados as seguintes conclusões e recomendações.

I. PRINCIPAIS CONCLUSÕES

- o As concessões de calcário em Angola, concentram-se essencialmente na parte ocidental do País;
- o A aplicação das rochas calcárias, como correctivo do solo, depende da composição química e/ou das suas características físicas;
- o O Calcário dolomítico, utilizado principalmente como correctivo de solos ácidos, para a

agricultura, a sua utilização e comercialização as especificações técnicas exigidas, estabelecem que, os calcários devem ter as seguintes características físicas:

- 100% das partículas menores que 2,00mm (peneira ABNT - 10);
- 70% das partículas menores que 0,84mm (peneira ABNT - 20);
- 50% das partículas menores que 0,30mm (peneira ABNT - 50).

- o A tecnologia da rochagem é altamente aplicável em Angola, mas necessita de parcerias;
- o Angola possui óptimas rochas para rochagem, grande potencial geológico/produção de calcário dolomítico para a fertilização de solos que podem contribuir para a redução de custos dos insumos químicos para a agricultura;
- o Necessidade de maior divulgação da utilização do pó de calcário dolomítico e calcário calcítico; tendo em conta as suas vantagens para o melhoramento dos solos e aumento da produtividade;
- o Divulgação do mapa geológico nacional, com potencial presença deste mineral, com vista, a sua exploração.

II. PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES

- o O Ministério da Agricultura e Florestas e o Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos por intermédio do Instituto Geológico de Angola (IGEO), deverão garantir através de análises laboratoriais que o calcário dolomítico explorado para fins de correcção dos solos em território nacional possua as propriedades físicas e químicas, que permitam a recuperação saudável das áreas cultiváveis;
- o O Executivo deverá apoiar a realização da Cartografia Pedológica, a actualização do conhecimento dos solos de Angola e projectos para

identificar outras rochas que possam ser usados como correctores e nutrientes de solo;

- o Aproveitar os três (3) Laboratórios Regionais do IGEO nas províncias de Luanda, Lunda-Sul e Huíla, para estudos dos solos de Angola e todos os outros existentes;
- o São necessários apoios financeiros para a continuidade das pesquisas, especialmente compor o Laboratório de Fertilidade do Solo das Universidades Agostinho Neto, José Eduardo dos Santos e Instituto de Investigação Agronómica, apoiar o Laboratório da Biocom e incentivar o surgimento de mais laboratórios especializados um pouco pelo país;
- o É preciso mais diálogo entre os ministérios e a universidade, para que as pesquisas prosperem ainda mais;
- o Necessidade de criação de Leis para estabelecer limites na contaminação dos solos e estimular o uso de substâncias endógenas favoráveis à técnica de rochagem;
- o Necessidade da intervenção da banca para o financiamento de projectos de rochagem e compostos orgânicos para o uso agrícola;
- o Que seja alargada a nível nacional a prática de correcção da acidez dos solos com o uso do calcário dolomítico, precedido sempre de análises laboratoriais sobre o nível do PH dos solos, bem como da sua constituição química geral;
- o Que o Estado crie condições que estimulem o surgimento de mais empresas produtoras de calcário dolomítico, no sentido da sua exploração e utilização massiva na agricultura, para o melhoramento ou correcção da acidez dos solos;
- o Que o Estado encontre uma solução, que vise diminuir os custos de exploração e transportação do calcário dolomítico, para as zonas de produção;
- o Incentivar as instituições académicas de investigação científica a realizarem estudos que permitam desenvolver um conhecimento endógeno sobre a importância do calcário dolomítico e

outras rochas e a sua múltipla utilização, pelos vários sectores da vida económica e produtiva do País;

- o Incentivar as universidades a promover trabalhos de fim de cursos com ensaios comparativos de culturas alimentares e forrageiras com o uso de calcários dolomítico na correcção da acidez, assim como o uso de outras rochas como o nutrientes de solos;
- o Que o Ministério da Agricultura e Florestas, através do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA), incentive e divulgue o uso do calcário dolomítico pelos agricultores familiares, assegurando, contudo, o processo prévio de análise de solos, bem como trabalhar na sua expansão geográfica;
- o Necessidade, por parte do Executivo, da regulamentação do preço do pó de calcário dolomítico;
- o Executivo deverá criar políticas para o transporte do pó de calcário dolomítico no território nacional.

O encerramento foi proferido por S. Excia Ministro da Agricultura e Florestas, Eng.º Marcos Alexandre Nhunga,